

Assembléia e Justiça do Rio Grande do Sul dizem a Olívio que não têm onde cortar

Governador veta aumento para juízes e congela ganhos dos cargos de confiança para dar o exemplo

• PORTO ALEGRE. O governador Olívio Dutra (PT) pediu ontem "solidariedade na crise" aos poderes Legislativo e Judiciário do Rio Grande do Sul para a redução de despesas. Mas tanto o presidente do Tribunal de Justiça do estado, desembargador Cacildo de Andrade Xavier, quanto o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Paulo Odone (PMDB), responderam que não têm mais como diminuir seus orçamentos, que correspondem, junto com o Tribunal de Contas e o Ministério Público, a 24% do orçamento global do Executivo estadual.

— Estamos vetando um projeto de reajuste que significa 10% da remuneração da magistratura. Achamos que até talvez mereçam mais do que propomos, mas os recursos não existem e nós demos o exemplo: congelamos os ganhos dos cargos de confiança do Governo. Tem que haver solidariedade entre todos os poderes numa situação de crise, porque o dinheiro vem do mesmo cofre e do mesmo contribuinte — argumentou Olívio.

TJ gaúcho descarta paralisação de obras

O presidente do TJ assegurou que não há a menor possibilidade de redução do orçamento do Judiciário gaúcho. Cacildo Xavier explicou que 92% do orçamento de R\$ 503,1 milhões do TJ — 13,83% do orçamento estadual — são destinados ao pagamento de pessoal. Ele não vê tampouco a possibilidade de parar obras do Judiciário, porque são necessárias para o atendimento ao público.

Já o presidente da Assembléia disse que a Casa não tem gorduras e qualquer corte será na própria carne. Segundo Odone, o orçamento do Legislativo para este ano é de R\$ 140,3 milhões, 3,85% do orçamento estadual. Segundo ele, 87,5% dos recursos orçamentários são destinados ao pagamento dos 55 deputados estaduais, 425 servidores e 825 cargos em comissão. O percentual restante é destinado a despesas de manutenção, viagens, publicidade e investimentos.

Mesmo antes de assumir o Poder Executivo, o PT atacou o Parlamento estadual, por gastos excessivos em obras. Lá se encontra um dos maiores obstáculos para as políticas do Executivo, uma vez que 35 dos 55 deputados estaduais são dos partidos de oposição à atual administração. ■